

EM FOCO AS REPRESENTAÇÕES DO ISLÃ NOS JORNAIS ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO

Ingrid Gomes¹

Resumo

A premissa do estudo compreende a existência de forças de poder nos retratos sobre o Islã no jornalismo internacional. Sabe-se que o Islã, em termos culturais e políticos, apresenta maior visibilidade a partir dos atos de 11 de setembro de 2001. Nesse sentido, o artigo entende que esse momento desempenha, na história, um fenômeno político de forte impacto e significação ideológica. Como objeto de análise, o estudo aborda as representações discursivas (Análise de Discurso) e as interconexões com (e do) Islã na *Folha de S. Paulo* e no *Estado de S. Paulo*, tendo por corpus o material publicado pelos jornais, na Editoria Internacional, nos 15 dias anteriores e posteriores à data que marcou, historicamente, os 10 anos do ataque às Torres Gêmeas. O artigo também faz um breve inventário histórico-cultural da formação do Islã, da construção do Diferente na história e do Outro-Islã. Observou-se, nas generalizações e nas simplificações das representações do Islã da mídia analisada, um retrato aproximado das ações dos fundamentalistas islâmicos, instruindo o contexto complexo do Islã como o Outro, o Diferente da história atual, denegando a ele suas atribuições culturais de autenticidade e de alteridade.

Palavras-chave

Islã, representações, Outro, Análise de Discurso, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*.

Abstract

The premise of the study includes the existence of forces of power in the portrayals of Islam in international journalism. It is known that Islam, in cultural and political terms, has increased visibility from the acts of September 11, 2001. In this sense, the article considers that plays this moment in history, a political phenomenon of strong impact and ideological significance. As the object of analysis, the study addresses the discursive representations (Discourse Analysis) and the interconnections with (and) Islam in the *Folha de S. Paulo* and the *Estado de S. Paulo*, with the corpus of the material published by the newspapers, the International Editorial Board, within 15 days before and after the date that marked historically, 10 years of the attack on the Twin Towers. The article also makes a brief inventory of historical and cultural formation of the Islam, the construction of different history and the Other-Islam. There was, in generalizations and simplifications of the media representations of Islam analyzed, an approximate depiction of the actions of Islamic fundamentalists, instructing the complex context of Islam as the Other, the different current history, denying him his cultural attributes of authenticity and otherness.

Keywords

Islam, representations, Other, Discourse Analysis, *Folha de S. Paulo* and *Estado de S. Paulo*.

Introdução

Neste artigo a pesquisa resgatou o Diferente, captado sob uma ótica atual e polêmica: as representações sobre o Oriente Médio e a cultura do Islã. O objetivo central foi resgatar a história e a complexa cultura islâmica para identificar as visões simplistas e generalistas na formação do Islã como Outro na mídia brasileira, em especial, nos impressos Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo. Outra questão vinculada ao objetivo central foi investigar o cenário de influências que se constituem essas representações midiáticas, como: a) postura jornalística; b) empresas de comunicação; c) esfera política; d) esfera econômica; e) fluxos culturais. A partir desses objetivos, o estudo teve como hipótese norteadora a afirmação de que o uso de generalizações, de simplificações e a ausência de contextualização sobre os fatos que trazem o objeto Islã empobrecem seu significado cultural. E, após o marco: 11 de setembro de 2001, essas características jornalísticas contribuíram para reiterar aproximações do Islã como fundamentalista. Com isso, as visões sobre o Islã acabaram sendo vinculadas à cultura inferior, arcaica, ou seja, um dos Outros da história internacional recente.

Para a investigação, a pesquisa teve como corpus de estudo 62 dias das editoriais internacionais dos jornais diários *Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo*, quinze dias antes, a contar como marco o 11 de setembro, e quinze dias posteriores, em razão da importância histórica, representada por essa data, e, em especial, por estar vinculada ao objeto de análise, as representações do Islã. O motivo principal da escolha do *corpus* é em razão da expectativa jornalística de apresentar mais conteúdo sobre o Islã, com pesquisa e contextualização, visto a antecedência para produção de cadernos e coberturas especiais dos dez anos do ato terrorista de 2001. Para estruturar as investigações foi usada como método a análise do discurso de linha francesa.

Dentre as justificativas da pesquisa, a autora ressalta o fato de o tema do Oriente Médio e do Islã serem recorrentes na mídia internacional e, mesmo sendo comuns seus retratos diários, não se vê contextualização suficiente para o seu entendimento completo. Outro ponto advém da preocupação humana que o papel do jornalismo ocupa em relação à consolidação de conflitos atuais, em especial, a inferiorização do Islã como o Outro.

1.1 Breve Resgate do Islã na História

Atualmente, o mundo muçulmano abrange cerca de 1,3 bilhão de pessoas (DEMANT, 2008, p.13), ou seja, aproximadamente um quinto da humanidade, com quem as outras religiões e culturas distintas precisam repensar modos de convivência e de cooperação para permanecerem em regiões tão próximas e, ao mesmo tempo, tão diferentes culturalmente. “Eles se encontram concentrados num vasto arco, que se estende da África ocidental até a Indonésia, passando pelo Oriente Médio e a Índia. Em muitos países desta vasta região, os muçulmanos constituem a maioria da população local e, em outros, importante minorias” (DEMANT, 2008, p.13).

Além da presença dessa cultura no mundo a história do Islã é fator preponderante para compreender qualquer conflito atual entre Israel e Palestina, Fundamentalistas e Ocidente, em especial os Estados Unidos e seus aliados, deve-se partir do estudo da longa história de constituição do Islã no mundo, que se iniciou há mais de 1.400 anos e se espalhou por três continentes em variadas sociedades, solidificando sua religião e seus valores sociais, diferenciando-se entre si e formando outras vertentes.

Contudo a história sobre o Oriente e em especial a cerca do Islã tem sido assunto tenso na academia e nas vertentes da própria história. Diante dessa conjuntura, Robert Fisk em *A grande guerra pela civilização (A conquista do Oriente Médio)* identifica antigas caracterizações do universo oriental e às formas culturais do muçulmano as quais possibilitam o leitor refletir sobre a ancoragem desse Outro-Islã.

Fisk ressalta que no livro sobre as “aventuras imperiais”, o personagem Tom Graham era o herói britânico e lutava contra as “selvagerias muçulmanas”, e a obra era romance típico para as gerações do pai de Fisk.

O resto do romance é um inquietante conto de racismo, xenofobia e explícito ódio antimuçulmano durante a Segunda Guerra Afegã. Na segunda metade do século XIX, a rivalidade e o receio anglo-russos concentraram-se no Afeganistão, cujas fronteiras não demarcadas transformaram-se em imprecisas linhas de frente entre a Rússia imperial e o Raj britânico na Índia. As principais vítimas do “Grande jogo”, como se referiram de forma pouco sensata os diplomatas britânicos aos sucessivos conflitos no Afeganistão – na realidade,

havia algo tipicamente infantil nos ciúmes entre Rússia e Grã-Bretanha –, foram evidentemente, os afegãos. Essa terra continental de desertos, altas montanhas e vales verde-escuros havia sido, durante séculos, ponto de encontro cultural – entre Oriente Médio, Ásia central e Extremo Oriente – e ao mesmo tempo campo de batalha (FISK, 2007, p.70).

Como visto no trecho, o conto antimuçulmano de Willian Johnston caracteriza o olhar agressivo ao Oriente Médio pelo império da época de 1900, a Grã-Bretanha. Ao longo do conto, o herói Graham encontra membros da etnia patan (da Peshawar), agora do Paquistão, e fala: “[...] uns seres infames (...). A maioria desses fanáticos usava esses capacetes justos que dão a seu portador uma aparência diabólica”. (apud FISK, 2007, p.71).

Também identifica na obra, outros preconceitos e rótulos ao muçulmano como “olhos cintilantes de ódio”, “indígenas enfurecidos”. Quando os soldados britânicos caíam em mãos afegãs, eles sofriam; “[...] seus corpos eram atrocemente mutilados e desonrados por esses demônios com aparência humana”. (FISK, 2007, p.71).

Por mais que as representações preconceituosas advenham de um olhar ficcional, do romance, elas são reflexões da conjuntura popular de olhar esse outro oriente e muçulmano. Fisk declara que o texto vai se tornando racista e também anti-islâmico (FISK, 2007, p.70). Os muçulmanos são “[...] ignorantes de tudo o que se relaciona a sua religião para além de suas doutrinas mais elementares”. (apud FISK, 2007, p.73).

Nesse sentido o jornalista Robert Fisk adverte que os Estados Unidos é a nova versão vitoriana contra os afegãos e o mundo muçulmano, mais agora, depois de 122 anos (FISK, 2007, p.73).

Fisk pontua também que a população e os meios de comunicação não eram tão coniventes com os imperialismos culturais de ordem militar, como são atualmente. Em 1920 o jornal londrino The Times já se perguntava o porquê da violência contra o povo árabe, “[...] valiosas vidas serão sacrificadas pela vã tentativa de impor à população árabe uma administração intrincada e cara, que eles jamais pediram e que não desejam?”. (apud FISK, 2007, p.215).

Desde o uso de terminologia racista sobre o muçulmano na metade do século XIX, detectada pelo romance das “aventuras imperiais”, passando pela posição de colonizar com a cultura ocidental pela Europa e depois pelos Estados Unidos, há no contexto mais contemporâneo elementos econômicos que consolidam políticas internacionais de conflitos civis no Oriente Médio.

Algumas décadas depois em 1980 a opressão cobria o Oriente Médio no Iraque, Irã e Afeganistão. Mas agora com mais complexidades de interesses envolvidos. O sistema opressor vinha dos regimes ditatoriais dos países, das ligações petrolíferas com os Estados Unidos e a Rússia, e nesse enredo o Ocidente era indiferente ao sofrimento de milhões de muçulmanos. “Arafat jamais se atreveu a condenar a União Soviética depois da invasão ao Afeganistão — Moscou continuava sendo o aliado mais importante da OLP — e os reis, príncipes e presidentes do mundo árabe, que tinham maior conhecimento do que estava acontecendo no Iraque que seus homólogos ocidentais, não se pronunciaram sobre as deportações, torturas, execuções e matanças genocidas perpetradas por Saddam. A maioria deles castigava com variantes das mesmas técnicas seus próprios habitantes (FISK, 2007, p.252).

Posteriormente, na guerra entre Iraque e Irã em 1986 o país de Saddam recebia ajuda significativa dos Estados Unidos para armamento e infraestrutura militar, Fisk revela que ao caminhar pela capital do Irã, Teerã, nessa época era claro o genocídio iraniano. Os muçulmanos que viravam mártires recebiam prestígio depois de mortos, permaneciam nos cemitérios eternamente, enquanto os de vala comum ficavam até os trinta anos no máximo. “Distribuídos por todo país, esses 312 cadáveres transformam-se em meio milhão, talvez três quatros de milhão, talvez muito mais. No cemitério de Behesht-i-Zahra, fora da cidade, jazem às dezenas de milhares.” (FISK, 2007, p.368).

Em nenhum momento entre essas forças de guerra havia interesses humanos que pudessem refletir a legitimidade desses conflitos. É nesse sentido que Fisk, ao estar no Iraque em 2003, quando o país foi bombardeado pelas tropas estadunidenses e inglesas escreveu sobre a diferença factual de para quem serve a guerra? “Os norte-americanos e os britânicos insistiam em afirmar que estavam destruindo o regime para acabar com o sofrimento. Na verdade, o sofrimento e a luta agonizante do baazismo iraquiano não podiam ser dissociados, assim como não se tira um curativo de uma ferida sem fazer com que o paciente grite de dor.” Pois o mais fácil era argumentar que os males do

Iraque estavam na figura e no governo de Saddam, porque os “[...] iraquianos feridos e moribundos não viam seu destino exatamente nesses termos. Quem atacava eram os norte-americanos, não os iraquianos. Bombas e mísseis norte-americanos destruíam seus lares.” (FISK, 2007, p.1283).

Para o pesquisador Jacques A. Wainberg em *A pena, a tinta e o sangue: a guerra das idéias e o Islã*, os poderes governamentais: europeu e norte-americanos não entendem o fato do Oriente Médio atual não ter a mesma base do século VII. O autor pontua que o Oriente Médio tem os Estados e regimes que se estabeleceram após o desfecho do Império Otomano ao término da Primeira Guerra Mundial e afirma que a ideia européia é “[...] descrente da capacidade de se poder implantar democracia no Oriente, subjaz a crença de que os muçulmanos nasceram predestinados a serem atormentados, empobrecidos, escorraçados e famintos. Esta situação não é fruto do destino, mas obra humana desprezível a ser combatida”. (WAINBERG, 2007, p.147).

1.2 Revisão de Literatura

Assim como a constituição da história permite compreender os embates civilizatórios, de ordem cultural, religiosa, política, econômica e outras, a investigação dos cenários constituídos pela trajetória da humanidade também permite desvendar quais são os elementos que diferenciam um homem de outro, num dado contexto, seja este próximo geograficamente ou distante, seja similar no pensar ou antagônico, seja fisicamente aceito ou não.

Nesse sentido a psicologia social atenta tanto para a importância de entender a formação da Diferença na sociedade, como para as representações sociais hegemônicas que colaboram na constituição dos elementos identitários.

A doutora e professora da UFRJ, Ângela Arruda (2002), desenvolve, na área do conhecimento da psicologia social, explicação sobre a diferença e os conceitos que circundam a sua formação. Inicia seu trabalho ao enfatizar que a diferença costuma gerar no ser humano um caráter perturbador, em razão de representar um sentimento surpreendente e, ao mesmo tempo, novo. Mas, no mesmo interlúdio de perturbar, a diferença busca alianças de reconhecimento para ser incorporada e é, nesta busca de reconhecimento, que se vê no outro um semelhante, que não consegue se situar.

Portanto, “[...] é a sua semelhança que desconcerta: parece familiar sem o ser.” (MOSCOVICI apud ARRUDA, 2002, p.20). Arruda questiona, justamente, qual seria o ponto de ancoragem capaz de permitir o acomodamento do desconcertante, ou seja, de desvendar em cada situação sócio-histórica esse cerne, o qual, por aparentar semelhança, tende a gerar conflito pelo distanciamento, que aparentemente é comum para ele. Nesse sentido, explica que as representações sociais desenvolvidas pelo ser humano, resgatando o passado para fazer possíveis comparações com o novo, baseiam-se em “modelos edênicos” (modelos de “Éden”, representante do paraíso terrestre), os quais costumam fazer a ponte de ligação com o novo e, ainda, estranho, oferecem fundamentos ao homem que acaba “[...] reutilizando o que lhe é familiar como uma espécie de alavanca e reciclagem da memória para criar o novo senso comum.” (ARRUDA, 2002, p.22).

A especialista afirma que a partir dessa ideia vislumbra-se qual é a forma de lidar com a estranheza: “[...] de serenar a inquietação que o desconhecido desperta, acomodando-o ao que já se conhece”. (ARRUDA, 2002, p.22). Com base na explanação, pode-se gerar outras variantes como desdobramentos, por exemplo, interrogar pelo raciocínio lógico: se a ancoragem sócio-cultural nas quais os “modelos edênicos” se baseiam para a produção do processo de diferenciação, partir de posturas arcaicas ou mesmo tradicionalistas, ou ortodoxas, é evidente que as representações a respeito desse novo trará essas raízes. Agora, sabendo que a ancoragem na história da humanidade é uma constituição duradoura, Arruda diz que são os traços históricos dela que resultam na construção das representações hegemônicas (2002, p.22) na sociedade.

Arruda expõe essa tese, aplica-a a descoberta da América pelas caravanas europeias e afirma que, ao chegarem,

[...] criavam uma ponte que aproximava o Novo Mundo do Velho, integrando-o ao seu imaginário, preenchendo o lugar antes ocupado pelas terras longínquas que, aos poucos, foram sendo devassadas. De certa forma, edenizar a América significava “estabelecer com ela uma camaradagem, uma cumplicidade que repousava no mundo imaginário. Encontrava-se aqui algo que, de certa forma, já estava concebido: via-se o que se queria ver, o que se ouvira dizer” (MEYER apud ARRUDA, 2002, p.22).

Mas o repúdio dos colonizadores em relação à mestiçagem, à música cantada e tocada pelos negros, à cultura canibalista, em alguns territórios, à variedade de insetos e répteis e ao forte calor da América gerou neles a formação da imagem do “selvagem” e de “infernizações” em relação ao local descoberto. A partir dessa perspectiva, explica-se que a ancoragem do novo não se faz apenas por semelhança, no caso, associada à fertilidade e à abundante vegetação, mas também por contrastes. Arruda completa, mesmo por contraste, a referência a um padrão sempre existente. Quando os “[...] jesuítas denegriram a colônia pela falta de trigo, vinho, azeite e carnes: a comparação – desfavorável – com o familiar tranquilizador homologa a falta que aguça a diferença.” (ARRUDA, 2002, p.23).

Claro que o exemplo trabalhado por Arruda é peculiar e exige comparação empírica (como analisado por Arruda a partir da interlocução do colonizador com o colonizado), todavia, a tese enquanto suporte teórico é transcendente e possibilita tais generalizações sociais.

Avançando, a pesquisadora pontua que a construção das representações hegemônicas serve como palco de luta territorial, seja física ou simbólica, pois na acomodação das diferenças nas representações faz-se opção por uma e outras. “É nesse desenho que se estabelece uma nova geografia simbólica e emergem os perfis dos personagens em presença.” E no encontro das diferenças, identificam-se algumas das mais antigas formas de se representar e de formular seu contexto. Portanto, a construção das representações humanas é alicerçada tanto no caráter de possibilidades da ancoragem, quanto no traço moral que procede a uma seleção cuidadosa, direcionada por valores e outros objetivos, como políticos, econômicos, culturais e demais interesses (ARRUDA, 2002, p.25).

Para construir, então, o conceito de alteridade, é necessário primeiro entender que ele se forma num processo histórico e, como tal, é resultado da soma das conjunturas existentes. Em segundo lugar, a formulação do conceito depende intrinsecamente das mudanças de representações hegemônicas, as quais, significativamente, estão subordinadas às novas realidades coletivas, cuja raiz está na vida cultural, econômica, social, política, religiosa e outras. Diante disso, a alteridade não é obrigatoriamente uma construção definitiva. “Ela se aparenta a um holograma, uma projeção do mesmo em

movimento, mas também mais do que isso. Ela se dilui no tempo, dando novos contornos a cada um desses personagens.” (ARRUDA, 2002, p.42).

Todavia, o reconhecimento da alteridade pode gerar num grupo específico, ou ainda, em determinadas pessoas que vivem em contextos plurais e são costumeiramente colocadas próximas a outros diferentes, um desfecho excludente e até mesmo racista. Procurando compreender como se dá a formação dessa alteridade “radical”, a professora da escola francesa *École de Hautes Études em Sciences Sociales*, Denise Jodelet, explica na sua tese sobre a formação da alteridade que as dimensões resultantes dessa constituição podem ser negativas e gerar, no processo de formação grupal, exclusão e distanciamento (1998, p.47).

Para explicar sua tese, ela cita o caso de uma instituição psiquiátrica aberta, onde os usuários co-habitam livremente na comunidade rural, cujo trabalho gera rendimento para sua manutenção. Nesse estudo, a pesquisadora teve contato com os documentos internos, com os doentes mentais e não-doentes, com as famílias dos doentes, com a comunidade e suas relações de civilidade interna, além de realizar observação etnográfica com a comunidade (JODELET, 1998, p.60).

A pesquisa tinha como objetivo delimitar as representações sociais da loucura, sua evolução e compreender a dinâmica das relações estabelecidas com os pacientes, os comportamentos a eles reservados e as práticas comuns da vida cotidiana da comunidade.

De início, a pesquisadora observou o distanciamento em relação ao outro paciente — o tido doente mental — como necessidade da comunidade de garantir sua identidade. Temendo semelhanças com os doentes, o grupo não-doente, que trabalhava na comunidade, procurou gerar diferenciação nas práticas cotidianas para distinguir-se dos doentes.

Sinais exteriores, como um vestuário distinto ou, à falta dele, uma etiqueta pregada na lapela do paletó, como a estrela amarela, de triste lembrança. Sinais comportamentais, como o estabelecimento de espaços reservados nos lugares públicos (igreja, cafés, cinemas), gestos depreciativos ou agressivos. Sinais verbais como o uso de uma

designação, que opõe aos membros da comunidade — os “civis” — os doentes mentais “não-civis.” (JODELET, 1998, p.61).

Jodelet caracteriza essa classificação como um estatuto comportamental definidor das condições dos relacionamentos sociais na comunidade. Devido à renda oriunda do trabalho agrícola das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência mental desenvolvem na instituição, cujo serviço é de baixa ou de nenhuma remuneração, situam-se em um patamar social inferior, demarcando o resto do grupo, os não-doentes, como hierarquicamente superiores. Mas “essa hierarquização não basta, contudo, para contrapor-se à ameaça induzida por um sistema institucional que encoraja nos doentes o desejo de participação social completa e igualitária.” (JODELET, 1998, p.61).

Então, para exemplificar a formação da alteridade no seio comunitário, a pesquisadora acompanha o processo por meio de um sistema interdependente de práticas e representações, porque é a partir das contribuições de cada indivíduo no estabelecimento da ordem da instituição que se assumem os papéis e as concepções dos hábitos intersubjetivos. Para isso, Jodelet identifica três importantes práticas representativas (1998, p.62).

A primeira “[...] empurra o doente para um estado de natureza distinto daquele do homem normal.” Essa ideia se baseia na teoria funcional do corpo, cuja característica principal é a existência de um corpo humano perfeito e outros com defeitos funcionais. Nesse sentido, os doentes mentais apresentariam dispositivos cerebrais problemáticos e, portanto, anormais, sendo classificados como doentes por apresentarem disfunções no organismo. “Essa alteridade fundamental vai se expressar nos diferentes níveis de atividade biológica, motriz, mental e social que escapam ao controle do cérebro e passam ao dos nervos.” (JODELET, 1998, p.63). A alteridade, nesse sentido, protege os não-doentes do risco que a “[...] assimilação coloca para a sua identidade e transforma, através das representações, o processo de diferenciação em processo de exclusão.” (JODELET, 1998, p.63).

A segunda forma de representação é um desdobramento da primeira, menciona que o doente sofre de “dano aos nervos”, isso é associado à desordem moral e sexual, atribuindo ao doente qualidade de criatura perturbada e malvada. Com isso, os doentes

são separados dos outros não-doentes na instituição, “[...] as regras que instituem uma distância para com o diferente devem ser rigidamente respeitadas para manter vigilante a desconfiança e lutar contra uma tendência à aproximação que o sentimento de semelhança induz.” (JODELET, 1998, p.63). Essa obediência deve ser atendida pelos não-doentes como sinal de fidelidade ao grupo, “[...] cuja integridade cada membro preserva ao instituir uma distância intransponível entre ele e o outro, em nome de uma alteridade perigosa.” (JODELET, 1998, p.63).

A terceira parte refere-se à possibilidade de transferência da loucura, como sendo contagiosa, transmitida por meio do contato com secreções corporais (saliva, suor, mucos). Por mais didático que o corpo médico seja na explicação sobre essa possibilidade não ter sentido, existe a crença, bastante poderosa, sobre esse contágio. “O contágio da loucura confere ao doente mental um perigoso poder que ele divide com as velhas figuras do andarilho que vaga sem eira nem beira, e do feiticeiro, sempre suscetíveis de fazer o mal, e a quem se aplicavam as mesmas medidas de separação dos objetos de uso pessoal.” (JODELET, 1998, p.64).

Ainda com base na “transmissão da loucura”, há o perigo das mulheres não- doentes esposarem os homens doentes da instituição, fato tolerado pela comunidade quando realizado de maneira encoberta, mas, ao tomar proporção oficial, os envolvidos precisaram sair da região. “A união com os doentes representava, portanto, um verdadeiro perigo para a identidade coletiva.” (JODELET, 1998, p.64) .

Nesse sentido, ficou claro na pesquisa que

Quando o sentimento de semelhança do outro corre o risco de conduzir a uma identificação e assimilação que o inserirão integralmente na matriz social, faz-se necessário construir e afirmar por todos os meios de expressão social a alteridade do louco, que se torna a de todos os que se sentem próximos dele. Assim se multiplicam as barreiras materiais e simbólicas, que só conseguem permanecer de pé porque elas se apóiam mutuamente (JODELET, 1998, p.64).

Confirma-se, portanto, a tese de que é no social e pelas representações que a alteridade se desnuda, assim como no fato de fazer parte de um grupo sustentar os processos simbólicos e materiais de sua produção.

1.3 Metodologia de Análise

Foram analisadas 62 edições dos jornais impressos, sendo 31 da *Folha de S. Paulo* e 31 do *Estado de S. Paulo*. O marco (da data) foi definido a partir do 11 de setembro de 2011, em razão da realização de dez anos do atentado às Torres Gêmeas, ao Pentágono e a Casa Branca dos Estados Unidos pelos fundamentalistas islâmicos. Foram 30 dias contando quinze dias anteriores ao 11 de Setembro e quinze dias posteriores, somando 31 dias de material diário, de ambos os jornais. A definição da data do *corpus* de análise foi demarcada pela expectativa jornalística de os cadernos desenvolverem material especial sobre os dez anos do ato terrorista, pois desta forma haveria conteúdo com perspectiva menos emocional e mais contextualização, em razão do maior tempo para reportagens especiais. A escolha dos veículos *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* decorre da importância que os impressos apresentam nas embaixadas em São Paulo, e no País, bem como em razão da alta tiragem e da circulação de ambos no território brasileiro.

Depois de realizada a análise descritiva aplicou-se a análise aprofundada com base nos conceitos de análise de discurso. A AD, na perspectiva francesa, ao se apoiar em métodos e conceitos da linguística considera imprescindível analisar: “O quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; Os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso; e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.” (MAINGUENEAU apud BRANDÃO, 2004, p.17). Portanto a linguagem é entendida como fenômeno em que se sistematiza interna e externamente, no campo interno como formação linguística e no espaço externo como formação socioideológica.

Uma prática discursiva não pode se explicar senão em função de uma dupla competência: 1- uma competência específica, sistema interiorizado de regras especificamente linguísticas e que asseguram a produção e a compreensão de frases sempre novas — o indivíduo eu utilizando essas regras de maneira específica (performance): 2- uma

competência ideológica ou geral que torna implicitamente possível a totalidade das ações e das significações novas (SLAKTA apud BRANDÃO, 2004, p.18).

Como explicitado os conceitos de ideologia, e de discurso vão influenciar a corrente francesa. Em especial a teoria dos aparelhos ideológicos de Estado, do estudo do teórico Althusser, de quem foi cunhado o termo “formação ideológica”, e a teoria do discurso de Foucault (*Arqueologia do Saber*) da qual se extrairá o termo “formação discursiva” (FD). Ambas as expressões formação ideológica e formação discursiva serão significativas para a análise de discurso.

Utilizou-se para a análise: I — Esquecimentos, II — Paráfrase e Polissemia, III — Relações de Força, Relações de Sentido, Antecipação: Formações Imaginárias, IV — Formação Discursiva, V — a) O dito e o não dito, V — b) Inferências/Implícitos para compor as análises aprofundadas.

1.4 Caderno Mundo da *Folha de S. Paulo*

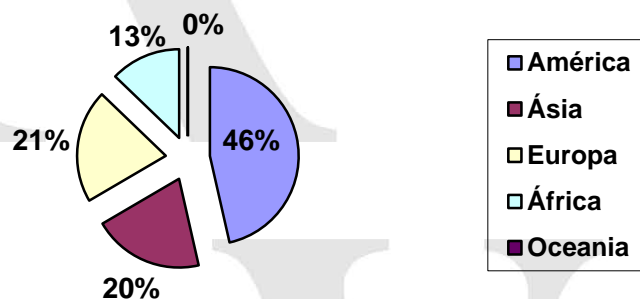
A Folha de S. Paulo teve início em 1921, com o Grupo Folha, já atingiu circulação recorde no País com o número de 1.117.802 exemplares, quando entrou para o livro de recorde (Guinness Book) de tiragem e vendas na história de jornais e revistas do Brasil no ano de 1996. Tal façanha deu-se em razão do investimento que a *Folha* realizou na política de fascículos encartados ao jornal, isso garante o jornal, que logo no primeiro fascículo lançado, o Atlas Folha/The New York Times, a Folha bate esse número celebrado pela empresa de comunicação, que via no encarte uma nova ideia de ver a informação internacional².

Em 2000, a Folha passa a publicar uma compilação semanal de “[...] reportagens e artigos de alguns dos melhores jornais do mundo, como o ‘The New York Times’, dos EUA, e o diário de economia britânico ‘Financial Times’”³.

O espaço da editoria Mundo varia de uma a três páginas ao longo da semana e pode chegar a cinco aos finais de semana. Mas comumente, a Folha de S. Paulo tem dado três folhas ao Caderno durante a semana e, aos finais de semana, cinco folhas. Mantém o destaque à manchete do caderno, ocupando a primeira página do Mundo e às outras

reportagens costumam dividir espaço de duas reportagens maiores por página, com um ou dois anúncios grandes. O Caderno apresenta ¼ de página de artigo fixo, que varia a cada edição, desenvolvido por articulistas contratados do jornal. O conteúdo varia em poucas reportagens, mais notas e notícias, que na maioria das vezes são apresentados junto com agências de notícias, mais comuns Reuters e Associated Press, pelo crédito das fotos, pois, nas matérias, o indicado é “Com agências de notícias”, sem de fato descrever qual ou quais. O Caderno apresenta jornalistas como autores de significativa parte do seu conteúdo, variando de autores na cobertura nos países.

Temas predominantes por continentes



Dos temas trazidos pelo Caderno Mundo, os que envolvem os Estados Unidos são os mais pautados pelo jornal, variando de política, economia, cultura até entretenimento. Depois do país estadunidense vem o Brasil sob a ótica das questões internacionais e, minimamente, Chile, Argentina, Venezuela, Haiti, México, Equador, Bolívia e Cuba. Do continente asiático se destacam Síria, Palestina, Israel, Irã, China e Iêmen e, em menor porcentagem, Afeganistão, Paquistão, Japão e Índia.

O assunto econômico da União Européia e da Grécia é o destaque do continente europeu, além de pautas da França, Turquia, Alemanha, Reino Unido, Portugal e Espanha com menor fluência. No continente africano, o tema corrente é a Líbia e o desdobramento da derrubada do ditador Muammar Kadafi com países europeus, brasileiro e com os Estados Unidos.

1.4.1 Análises da Folha

Do material analisado, antecessor da data do 11 de setembro, a partir do dia 25 de agosto de 2011, a Folha de S. Paulo, no Caderno Mundo, trouxe apenas um texto jornalístico, no perfil de depoimento/crônica desenvolvido por um repórter. Nesse texto, por ainda estar incluso no mês do Ramadã, em agosto, trouxe considerações sobre o olhar do repórter sobre o outro muçulmano, identificando-o num cenário em que ele e o fotógrafo se comportaram de forma "respeitosa" ao espaço que co-dividiam no país com a cultura islâmica, mas que o mesmo olhar de respeito não foi condicionado a ele e sua equipe, de forma que o muçulmano foi caracterizado como o vilão, em contraponto a ele de "vítima". Também receberam o estereótipo de salteadores de comidas em quarto do hotel e de não respeitosos, além do jornalista trazer, simplificada e de forma descontextualizada, a ideia do significado do Ramadã.

No especial do 11 de setembro e na data no Caderno Mundo, houve três matérias, uma entrevista, uma reportagem e uma nota desta reportagem. Na entrevista ressaltou o outro Islã como apto à vingança e a polarização do entender o mundo muçulmano entre Estados Unidos e Iraque, além do reforço dessa ideia pelas fotos da entrevista. A reportagem se caracterizou pela abordagem opinativa do repórter, caricaturando o muçulmano fundamentalista como aquele que desde garoto aprende na convivência no "ninho da serpente" a ser a semente de desentendimento. Na simplificação dos contextos, também se destacou o muçulmano como o gerador dos "futuros conflitos". E na ideia da reportagem, a nota do especial do 11 de setembro traz para o Brasil, o assunto para ser discutido entre grupo de adolescentes de São Paulo, onde identifica o filho de palestino como briguento e antiamericano.

E no período pós-11 de setembro, verifica-se uma reportagem com versão e opinião e descuido no uso de expressões genéricas e preconceituosas pelo repórter. Utiliza também enquadramento de pensar na fonte oficial, coloca o muçulmano como aquele que bebe bebidas alcoólicas e apresenta uma cultura exótica.

Do material secundário do período de análise, observa-se em um trecho do depoimento de Maher Arar, a crítica da fonte, que sofreu tortura pelos Estados Unidos por ser um suspeito de terrorismo. Na frase analisada, Arar cita que a mídia estadunidense faz

cobertura rasa sobre o Islã, gerando preconceito e discriminação sobre o islamismo. E na outra matéria com dado positivo sobre o Islã, traz uma notícia sobre o preconceito ao muçulmano em Nova York, citando pesquisa e fontes diversificadas, num espaço regular.

Ainda no material secundário, verifica-se em uma reportagem com citação sobre o Islã, em que a religião é vista de forma neutra, com um simples aposto explicativo. E duas outras matérias, na nota sobre a polêmica do Livro de colorir infantil, que traz o muçulmano como igual à radical, extremista e aqueles terroristas do 11 de setembro de 2001. Na reportagem sobre um estudo do psíquico e a violência na mente da sociedade após o 11 de setembro de 2001 enfatiza o muçulmano, num trecho, como igual a Al-Qaeda, o grupo terrorista.

1.5 Caderno Internacional do Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo, desde 1875, é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação, segundo dados históricos do acervo Estado. A primeira circulação tinha o nome de “A Província de S. Paulo”, que durou de 1875 a 1890, quando passou a ser chamado com o nome conhecido até hoje.

As pautas do Internacional, na ativa desde o início do jornal, ganharam em 1950 a 1970 mais destaque, em razão da época de significativa censura sobre o noticiário nacional. Atualmente, além do Jornal Estado de S. Paulo, o Grupo Estado publica o Jornal da Tarde (na ativa desde 1966) e controla a OESP Mídia (1984), empresa que atua no ramo de Publicidade por meio de Classificados. Hoje, apresenta dois colunistas fixos Gilles Lapouge e Mac Margolis, além dos esporádicos comentaristas, articulistas, repórteres correspondentes e outros, que escrevem quase diariamente, com maior visibilidade aos finais de semana.

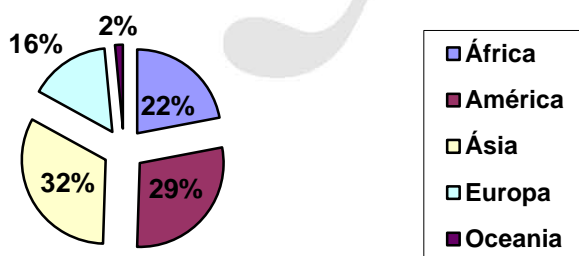
O caderno Internacional varia de duas a oito páginas por edição na semana, de segunda-feira já chegou a apresentar duas páginas e, aos fins de semana, o número aumenta significativamente, chegando até a oito páginas. Mas o caderno fica na média de quatro páginas, somando duas páginas de publicidade e de anúncios. Recebe notas, notícias e reportagens de agências como se verifica no material analisado e observado

diariamente. As agências mais comuns nas páginas do Internacional são, em ordem de frequência, a AP, AFP, EFE e Reuters. Entretanto, há mais conteúdo assinado por jornalistas correspondentes, freelances entre outros.

Do conteúdo no período analisado (como se verifica no gráfico abaixo) se destaca que no continente africano, o assunto mais comentado e pautado em diversas vertentes foi sobre a derrubada do ditador Muammar Kadafi, na Líbia. Muito distante em número de material jornalístico desse assunto, vêm questões sobre o Quênia, o Egito e a Somália. Na parte europeia se destaca os países da França, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Turquia.

Os Estados Unidos é destaque na América, sobre economia, questões políticas e assuntos internacionais que envolvem falas do presidente Barack Obama e secretários de Estado, secundariamente há material especial sobre o 11 setembro de 2001. Depois, no continente americano, o Brasil é retratado no enquadramento do caso da Líbia, da Síria e da Autoridade Palestina pelo Estado Palestino na ONU. Argentina, Hugo Chávez da Venezuela, Reivindicações dos estudantes chilenos, Colômbia e Cuba vêm na sequência. No continente asiático, Palestina e Israel são os assuntos predominantes nas notas, notícias, reportagens e artigos. Distantes em porcentagem desse assunto, saem os países Irã, Paquistão, Afeganistão, Síria, Iêmen, Arábia Saudita, Iraque, China, Rússia Oriental, Índia e Japão.

Temas predominantes por continente



1.5.1 Análises do Estado

Do material analisado antecessor à data de o 11 de setembro, a partir do dia 25 de agosto de 2011, o *Estado de S. Paulo*, no Caderno Internacional trouxe uma notícia curta que teve descomprometimento em explicar termos-chave do Islã, como o sentido de Ramadã, colocando o muçulmano como aquele que não cumpre seu trabalho integral de forma correta em razão do tempo que a religião o compromete. Na nota, expressões generalizadas demarcam a não aceitação do muçulmano em Salt, na Espanha.

O Especial de o 11 de setembro identificou o muçulmano no texto introdutório como fundamentalista e encenqueiro. A reportagem do especial caracterizou o Islã como vítima, desenvolvendo no texto um alerta do crescimento do preconceito sobre o islamismo nos Estados Unidos

E, no período pós-11 de setembro, verifica-se na notícia que o muçulmano foi equiparado como estrangeiro invasor, além de ressaltar que a cultura islâmica é “chocante” para o laicismo francês.

Do material secundário do período de análise, observam-se quatro textos que desenvolveram um discurso favorável ao Islã. Na primeira reportagem, dividiram-se os significados de terrorista e extremista de muçulmano, além de dar espaço para a descrição sobre o preconceito que os muçulmanos têm enfrentado nos Estados Unidos.

Na entrevista identificou-se espaço importante ao líder espiritual da revolta líbia, que é muçulmano. Na outra notícia também se separou a ideia de muçulmano de radical islâmico, bem como foi o que ocorreu na última notícia da visão positiva do entender o Islã. Na visão mais neutra sobre o islamismo, houve uma notícia que abriu o aposto explicativo sobre o Ramadã, não influenciando o significado da religião. E sobre os textos negativos a respeito do muçulmano se destacaram três textos jornalísticos. A primeira nota que julga pejorativamente o Islã; na segunda, ao não aprofundar mais sobre a religião, caracteriza os meninos muçulmanos como sendo preparados para a guerra, guerreiros do Islã e, no último texto, a reportagem coloca o muçulmano como tendo o mesmo conceito de fundamentalista.

1.6 Considerações

No decorrer do estudo, observou-se como ocorre um processo de dominar a diferença com o intuito de homogeneizar o discurso sobre o Outro. Neste trabalho o Outro é o muçulmano e analisou-se as marcas discursivas da construção de estereótipos negativos sobre os muçulmanos, em especial, em razão das simplificações sobre a cultura islâmica apresentadas no material selecionado do jornalismo internacional da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo*.

Para tanto, quando se caracteriza o muçulmano como fundamentalista se homogeniza diferenças do Islã. E a quem isso interessa? A quem favorece esse discurso? Esse Outro não apresenta controle discursivo algum sobre sua representação no jornalismo internacional estudado e sua diferença é ressaltada como o velho exotismo conceituado pela antropologia cultural e reestudado pelos autores do pós-colonialismo cultural. A questão é esse “exótico” ser reconfigurado na lógica político-social contemporânea como marginal pelo discurso jornalístico apresentado, e as características culturais-religiosas desse Islã são problematizadas como fundamentalistas ou terroristas dentro do cenário liberal que os valores sociais modernos do Ocidente sobrepõem ao modo de viver do Outro-Islã; identificando o muçulmano como fundamentalista, extremista, radical ou mesmo terrorista.

Dessa forma, como resposta à hipótese da tese, a alteridade do Islã é relegada ao estereótipo. “A construção da alteridade e do mesmo se move ao compasso das conjunturas históricas. As mudanças de representações hegemônicas correspondem a novas necessidades coletivas, oriundas da renovação de projetos políticos, econômicos, sociais, de situações culturais e outras.” (ARRUDA, 2002, p.41). Diante disso, o jornalismo assim como seus pressupostos empresariais e políticos semeiam construções de discurso que ferem a alteridade, e impedem o fazer jornalístico, de desenvolver (de constituir) a representação do muçulmano como um Outro mais conectado com seus valores complexos, pois os olhos do repertório jornalístico se alicerçam na hegemonia social atual. Essas forças hegemônicas impõem ao jornalismo estudado a não movimentar a representação do muçulmano em sua alteridade histórica, pois os critérios de noticiabilidade e o fazer jornalístico estão ancorados nos aparelhos de poder das forças sobressalentes sobre o discurso ocidental acerca do Islã.

“A definição e a escolha daquilo que é noticiável — em relação àquilo que, pelo contrário, não o é — são sempre orientadas pragmaticamente, isto é, em primeiro lugar, para a «factibilidade» de produto informativo a realizar em tempos e com recursos limitados.” (WOLF, 1992, p.191). Logo, a ideia de procurar valores notícia pressiona para que o fato jornalístico se insira na lógica do fazer jornalístico, o que conseqüentemente interfere na simplificação e no não aprofundamento do tema ou fato.

Outra ideia importante observada no estudo do artigo foi entender a existência de pensamentos, com base na discursividade do material jornalístico, imersos no entendimento unilateral de construção das representações humanas alicerçadas em significados morais. “[...] ‘para a organização de uma imagem de natureza pedagógica e tirânica’, em que ‘as informações oferecidas ao leitor constroem uma percepção unívoca do universo através de um significado moral construído em meio à descrição.” (ARRUDA, 1998, p.25). No jornalismo, o significado moral presente na versão discursiva alimenta um olhar turvo e, ao mesmo tempo, centrado nas forças hegemônicas de constituição da realidade, em especial as representações do muçulmano nos veículos analisados.

Do material jornalístico analisado do *Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*, observa-se a partir da descrição realizada pelos jornalistas nos locais dos fatos ocorridos, o uso de terminologias e discursos embasados nessa visão unívoca sobre o Outro-Muçulmano. No caderno Internacional do *Estado de S. Paulo*, apresentou-se menos descrições opinativas com o entendimento unilateral sobre o Islã, incluindo mais fontes de pesquisa, de instituições, organizações e entidades ligadas ao árabe, ou especificamente ao muçulmano, ou aos direitos humanos de forma geral, além da presença de pesquisas independentes como fontes principais de extensas reportagens. Em contrapartida, no caderno Mundo da *Folha de S. Paulo*, visualizou-se mais fontes oficiais governamentais seja do poder militar estadunidense ou outros como representantes de governos da França e Estados Unidos, que trouxeram com suas falas além do simbólico conjuntural, expressões problemáticas sobre o islamismo, que significam no universo ideológico extraenunciado dos textos.

A posição dos repórteres dos dois jornais nos Estados Unidos, isto é, do lugar que enunciam, colaborou com o uso frequente de termos oficiais, não sobrando espaço para

a problematização do conteúdo, questionando e interrogando sobre o assunto, com exceção de duas matérias do *Estadão* e uma da *Folha de S. Paulo*. Ainda sobre os casos de textos preocupados com o significado do Islã na história o caderno Internacional do *Estado de S. Paulo*, trouxe reportagens sobre o preconceito que o muçulmano tem enfrentado em Nova York e nos Estado Unidos de forma geral, além de contextualizar os conceitos diferentes sobre o que é muçulmano, fundamentalista e terrorista.

Ambos os jornais, no fazer jornalismo internacional, não se preocuparam com a formação do significado do Islã na conjuntura histórica. Nesse sentido, a ideia do *agendamento* reconhece o poder da informação pela mídia e afirma que ela tem “[...] uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar qualquer coisa.” (WOLF, 1992, p.145). Fato que se torna mais preocupante quando se constata que no *agendamento* do tema do Islã na mídia ocorre a repetição da presença do muçulmano como fundamentalista e, por vezes, como extremista, islamista e terrorista.

Outra questão entendida nas considerações deste texto é a resposta de recuperação conflituosa e moralista advinda dos momentos de crise humanística, que acaba caracterizando o Outro no seu estado pejorativo, ou seja, desdobra-se uma simbologia construída culturalmente que confronta com os fatores que estão em cheque na dinâmica do “conflito”. Por exemplo, no contexto dos dez anos de o 11 de setembro de 2001, identificou-se na mídia o resgate de elementos sub-humanos para caracterizar o muçulmano como aquele que está educando suas gerações na linha fundamentalista radical, identificada no texto de Igor Gielow como o “ninho da serpente”. Além de também recordar construções imaginadas de um Islã arcaico e problemático. Terminologias similares ao Outro-Islã no século XIX que caracterizava-o como fanáticos, de “aparência diabólica”, “indígenas enfurecidos” e “demônios com aparência humana” retratados por Robert Fisk (2007, p.71). Na mesma reflexão o jornal da *Folha de S. Paulo* trouxe na cobertura internacional dos confrontos na Líbia o repórter Samy Adghrini em situação conflituosa no dormir, descansar e se alimentar e que no seu limite recupera a ideia do muçulmano como “fiéis radicais anticivilizados” e que não merecem o respeito que o repórter e o fotógrafo tiveram de não beber água em público, em razão do mês do Ramadã. O muçulmano é o subalterno na cultura, na “civildade” e no hábito de viver.

Na visão ainda das fontes de pesquisa e das fontes de expert, os jornais preferiram incluir opiniões nas seções de comentários e artigos, desta forma a maioria do conteúdo analisado ficou empobrecido diante da ausência de fontes de especialistas de várias áreas, questão que comprometeu a contextualização e favoreceu a simplificação sobre o islamismo.

O caderno Internacional do *Estado de S. Paulo* apresentou mais conteúdo de agências de notícia comparando com o Mundo da *Folha de S. Paulo*, entretanto, ainda assim o conteúdo do Estadão teve menos posicionamento de agências na totalidade das notícias. Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* teve mais presença de repórteres em locais dos acontecimentos e dos temas reportados. Mas o Internacional do *Estado de S. Paulo* apresentou o conteúdo mais acertado sobre o Islã em sua alteridade, preocuparam-se com o preconceito sobre o Islã e deram espaço considerável sobre o tema, por fontes independentes.

Na análise, averigou-se que as representações do Islã caracterizam o muçulmano como o Outro, o Diferente, o da cultura distante e anticivilizada, aquele que é preocupante, encenqueiro e desleal, que pode representar o terror por ser vingativo e fanático. Os elementos da alteridade islâmica ainda são tintas raras nos pincéis dos jornalistas que cobrem o internacional, fato este comprovável na reportagem sobre o preconceito contra o Islã nos Estado Unidos, desenvolvida pelo repórter Gustavo Chacra do *Estado de S. Paulo*.

Contudo, alimenta-se o desejo de mais que um jornalismo internacional tolerante, um jornalismo internacional que respeita a alteridade, nas suas diferenças e contradições, pois só assim se compreende por que outras pessoas são verdadeiramente diferentes. “Há história e tradições. Esta é outra das formas em que o jornalismo serve ao intercâmbio de informação entre as nações.” (LOS MONTEROS, 1998, p. 423).

Finalizando como argumenta Arruda os “[...] traços históricos da ancoragem que resultam na construção das representações hegemônicas na sociedade” (2002, p.22) são pela mídia, e pelo jornalismo internacional, reportados e configura ao Outro, no estudo o Islã, como desistoricizado, como um não sujeito da sua própria história (BHABHA, 1998, p.273). Pois a negação da alteridade age no jornalismo internacional como um

poder invisível, como visto na conjuntura do Islã e nas análises. A presença da desumanização em relação a qualquer Outro fere a lógica jornalística do servir à história factual, além de construir ao amanhã uma realidade controversa e saturada de polarizações e conflitos, sejam religiosos ou de ordem de simples comportamentos. O jornalismo diante do respeito ao Outro nas suas diferenças é um resgate imprescindível a um ambiente social mais equitativo e tolerante à esfera pública. Nesse sentido a alteridade no jornalismo propõe também vislumbrar que há questões complexas sobre o Islã que estão num espaço fora (extra) da área de atuação jornalística noticiosa e, portanto que deve ser privada de qualquer intromissão simplista que deteriore sua historicidade. Há funções de informar que é papel do historiador e de outros pesquisadores, e seus comentários têm sido pincelados nas notícias ou reportagens, como cores que não combinam com a rapidez da leitura de um noticiário. Logo, repensar até mesmo os gêneros jornalísticos para assuntos de ordem complexa é um bom começo para o jornalismo internacional servir ao leitor conteúdo com respeito e integridade ao Outro Islã, e aos Outros de forma geral.

Pois o jornalismo, em especial o internacional do estudo deste artigo, possa pelo processo da alteridade mostrar nos contrastes dos ‘Outros’ outras construções de diferenças do Eu, e não permitir que o estranhamento dele (Outro) sirva a “nós” (eu) pontos de eternos desencontros.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BARTHES, Roland. A Mensagem Fotográfica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.) **Teoria da Cultura de Massa**. RJ: Paz e Terra, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**; coordenação de tradução Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOMSKY, Noam; HERMAN. S. Edward. **A manipulação do público**. Política e poder econômico no uso da mídia. Tradução Bazán tecnologia e lingüística. [s. ed.]. São Paulo: Futura, 2003. 12-94 p.

CHOMSKY, Noam. **Poder e Terrorismo**: Noam Chomsky, entrevistas e conferências pós-11 de setembro. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **11 de setembro**. Tradução: Luiz Antonio Aguiar. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. Fundamentalismo Islâmico. A escorregada rumo ao extremismo muçulmano. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **Faces do Fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004. p.16-31

FISK, Robert. **A grande guerra pela civilização**: a conquista do Oriente Médio. Tradução Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

FORST, Rainer. Os Limites da Tolerância. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: USP, n.84, p.15-29, 2009.

GASBARRO, Nicola. Nós e o Islã: Uma compatibilidade possível? **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: USP, n.67, p.90-108, 2003.

GOYZUETA, Verónica & OGIER, Thierry. (Org.) **Guerra e Imprensa. Um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo-SP. Companhia das Letras, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da análise do discurso**. Lisboa: Gradiva, 1997.

MONTENEGRO, Silvia. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. **Revista Mana**. Rio de Janeiro: Mana, n.1, v. 8, abril de 2002.

MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: USP, n.49, p.47-62, 1997.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NETO, Antônio Fausto. **Comunicação e Mídia Impressa: Estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999. Coleção Comunicação & Comunicação.

OGIER, Thierry. O choque, o espanto e o escriba dos tempos pós-modernos. In: GOYZUETA, Verónica & OGIER, Thierry. (Org.) **Guerra e Imprensa. Um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. 9 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição Jornalística**. Coleção Fazer Jornalismo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

PERUZZO, Cecilia M. Krohling. **MANUAL DE METODOLOGIA** para elaboração de relatório de qualificação, dissertação de Mestrado e tese de doutorado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PósCom), 2008. 69 p.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **Faces do Fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PRADO, José Luis Aidar. **A invenção do mesmo e do outro na mídia semanal**. PUC-SP, São Paulo, 2008, 1 CD-ROM.

RAMONET, Ignacio. **Propagandas silenciosas**: massas, televisão, cinema. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002. 239 p.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**; Paisagens e passagens. Coleção antropologia. Editora UnB. Cap.I; 26 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. Cap. III Métodos quantitativos e qualitativos. 2 ed. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1989.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Editora Abril, 1973.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000. 133 p.

QUEIROZ, Ana Virgínia Borges. **A ocidentalização da informação**. Anais do XXVIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – INTERCOM. RJ: UERJ, 2005.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Covering Islam**. How the media and the experts determine how we see the rest of the world. London: Vintage Books, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. Projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 3.ed. Rio de Janeiro. Editora Record. 1999.

_____. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo**, O fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó-SC: Editora Grifos & Letras Contemporâneas, 2000.

STUMPF, Ida Regina. **Pesquisa Bibliográfica**, in: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio. Orgs. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 380p.

TÁVOLA, Arthur da. **Alma dos Diferentes**. Disponível em: http://www.fatimairene.com/relicario/alma_dos_diferentes.htm Acessado em: 05.06.2010.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Iraque Urgente: o colapso. **Carta Maior**, 20 de outubro de 2006. Disponível: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3366. Acesso em 20 de abril de 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 7 ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005. 261 p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror: Comunicação e violência política**. São Paulo: Paulus, 2005. Coleção Comunicação.

_____. Terrorismo, fundamentalismo islâmico e o imaginário social brasileiro: a difusão das ideias e seus efeitos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - INTERCOM**. São Paulo: USP, n.02, v.31, p.165-185, jul./dez. 2008.

_____. **A pena, a tinta e o sangue: a guerra das idéias e o Islã**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007.

WRIGHT, Lawrence. **O vulto das torres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONTEÚDO DA ANÁLISE

FOLHA DE S. PAULO

ADGHRINI, Samy. Ao saber que somos brasileiros, rebeldes nos acusou de pró-Gaddafi. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A-14, 25 de agosto de 2011.

BERCITO, Diogo. Especial Memórias do 11/9. No Brasil, estudantes misturam desinformação com tolerância. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E-06, 11 de setembro de 2011.

BERCITO, Diogo; GIELOW, Igor. Especial Memórias do 11/9. Morte e sobrevivência. Pós-11/9 coloca em lados opostos a última resgatada com vida do WTC e o iraquiano que perdeu 5 filhos em Bagdá. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E-07, 11 de setembro de 2011.

COELHO, Luciana. Medo de ataques afetou crianças, afirma pesquisa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A-15, 05 de setembro de 2011.

_____. Tortura é para sempre. Vítima da Guerra ao Terror, canadense passou 12 meses preso na Síria após ser entregue por autoridades americanas, sob a acusação de terrorismo; inocentado, relembra seu “pesadelo”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A-15, 08 de setembro de 2011.

FAGUNDES, Álvaro. Nos EUA, se você se chama Muhammad, é uma fonte de terrorismo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A-22, 04 de setembro de 2011.

GIELOW, Igor. Especial Memórias do 11/9. Uma história, várias lições. Em salas de aula de quatro países Folha vê que aprendizado sobre o 11/9 traz sementes para conflitos futuros. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E-06, 11 de setembro de 2011.

_____. Vida noturna restrita sobrevive às guerras. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A-15, 13 de setembro de 2011.

NINIO, Marcelo. O mártir. Folha visita cidade na Tunísia em que imolação do vendedor de frutas Mohamed Bouazizi deu início à Primavera Árabe. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A-22, 25 de setembro de 2011.

THE GUARDIAN. Livro para colorir sobre 11/9 irrita muçulmanos nos Estados Unidos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A-16, 02 de setembro de 2011.

ESTADO DE S. PAULO

AGÊNCIAS AP, DPA e Reuters. França proíbe muçulmanos de rezar em público. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-17, 17 de setembro de 2011.

AGÊNCIAS AP, EFE e Reuters. Seis colonos judeus são presos por ataque a mesquita. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-12, 06 de setembro de 2011.

CHACRA, Gustavo. FBI detém suspeito de ameaça terrorista. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-16, 10 de setembro de 2011.

_____. Islamofobia, o efeito colateral dos ataques. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. E-10, 04 de setembro de 2011.

_____. Maioria dos islâmicos nos EUA rejeita a Al-Qaeda. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-17, 01 de setembro de 2011.

CORAZZA, Felipe. Cidade espanhola veta construção de mesquita. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-16, 26 de agosto de 2011.

CORAZZA, Felipe. Crianças ganham fuzis em concurso na Somália. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-16, 23 de setembro de 2011.

NEW YORK TIMES, REUTERS. Ex-presidente é assassinado no Afeganistão **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-15, 21 de setembro de 2011.

PARAGUASSU, Lisandra. Oposição Líbia toma missão de Kadafi no Brasil. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-18, 25 de agosto de 2011.

SANT'ANNA, Lourival. Chacina em prisão líbia é crime mais lembrado. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-13, 27 de setembro de 2011.

_____. Civis desafiam violência para testemunhar queda. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-15, 25 de agosto de 2011.

_____. O Islã terá de ser parte da Constituição. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. A-08, 5 de setembro de 2011.

TEXTO introdutório da capa do especial “11.09.2001 A marca do terror no início do século”. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. E-01, 04 de setembro de 2011.

¹ Doutora e Mestre na área de Processos Comunicacionais, em Comunicação Social, pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), pós-graduada em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e é formada em Jornalismo pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Trabalhou como editora na LatinMed - Editora Médica - em Piracicaba e São Paulo, onde desenvolveu programas e projetos de qualidade de vida e mídias preventivas na área da saúde, para empresas, entidades clínicas e hospitalares. Foi Diretora de Pesquisa e Documentação da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e Marketing Político (Politicom) em 2009/2010. Atua como professora de jornalismo no Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA Faculdades), e como Assessora de Imprensa no *Espaço na Mídia Comunicações e Assessoria de Imprensa*. E-mail: ingridgomessp@yahoo.com.br.

² Acessado em 27/12/2011. Disponível em:
http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_93_94.htm

³ Acessado em 27/12/2011. Disponível em:
http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_2000.htm